



1.19 • Conjuntura Internacional

Geopolítica e segurança no mar do Sul da China

Leonel Miranda

A ECONOMIA DO MAR foi desde sempre e assume cada vez mais uma importância vital para os países ribeirinhos do mar do Sul da China, onde hoje a geopolítica e a geoeconomia são utilizadas pelos dois principais *players* da Política Internacional – República Popular da China (RPC) e Estados Unidos da América (EUA) - para ganharem poder político e garantirem a sua própria segurança.

Confinando com o estreito de Malaca, este mar, com cerca de 3.000.000 Km², é um estratégico corredor de ligação entre os oceanos Pacífico, Índico e Atlântico, o que o transforma num espaço de elevada importância comercial e económica e num elemento determinante da segurança na região, ela própria “atilhada” em armamento nuclear (China, Coreia do Norte, Índia e Paquistão) e “cercada” de bases militares americanas (Coreia do Sul, Filipinas e Japão).

A complexidade política de toda a região, que já foi designada por ‘Balcãs do Oriente’, ‘Região de Revolta’ ou ‘Região do Demónio’, é ainda caracterizada pela existência de problemas de demarcação de fronteiras e de delimitação de espaços marítimos, o que dificulta a cooperação entre a RPC, os países vizinhos e a ASEAN, Associação das Nações do Sudeste Asiático.

O cluster da economia do mar

A este mosaico de problemas acrescem as pretensões da RPC em querer exercer a soberania sobre a quase totalidade do mar do sul da China, onde as transformações políticas, económicas e sociais ocorridas nos países do sudeste asiático após o período colonial, associadas à inovação tecnológica e ao progresso científico, fizeram emergir recursos que estavam ‘submersos’, como os hidrocarbonetos, e valorizar espaços que estavam esquecidos, como os arquipélagos Paracel, Spratly e Macclesfield, para além de alguns bancos de areia e muitos milhares de pequenos recifes, emersos e submersos, que povoam o mar naquela região e que, no seu conjunto, concentram um enorme potencial de recursos de pesca.

É este conjunto heterogéneo de potencialidades económicas e militares que explica as disputas de soberania sobre as ilhas Paracel pela RPC, Taiwan e Vietname e sobre as ilhas Spratly pela RPC, Taiwan, Malásia, Filipinas, Vietnam e Brunei. Nestas disputas, há ainda a considerar outra parcela menor, mas de elevada importância estratégica para a RPC e para as Filipinas, o arquipélago Macclesfield, no qual o atol Scarborough é a única elevação de areia acima do nível do mar e está apenas a 128 milhas náuticas de Manila e dentro da Zona Económica Exclusiva (ZEE) das Filipinas. Esta é uma zona de grande confrontação entre as Filipinas, os EUA e a RPC,

que aqui tem construído ilhas artificiais, não aceites pelas outras partes. Como demonstração de tal oposição, no final de 2015 um navio da armada americana navegou dentro das doze milhas náuticas (mar territorial) de uma dessas ilhas e um avião bombardeiro, US B-52 voou a poucas milhas de um recife que a RPC diz ser território próprio (Lunn & Lang, 2016).

A questão da soberania surge assim em toda esta disputa não apenas no sentido westfaliano de reserva do exercício de poder, mas também com objetivos económicos, pois as ilhas que pelas suas características o permitam, isto é, sejam habitáveis ou disponham de capacidades económicas próprias, podem gerar uma área de mar territorial, ZEE e plataforma continental, nos termos da Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar (CNUDM) de 1982.

“
Satélites geoestacionários lançados pela própria China, monitorizam todos os movimentos que ocorram no espaço marítimo e aéreo da região e prestam apoio à navegação civil e militar chinesa.
 ”

No caso dos EUA, a oposição à transformação do mar do sul da China num espaço de domínio soberano ou de jurisdição chinesa, não se articula diretamente com questões económicas, mas sim com a liberdade de navegação na zona, pois por ali passam anualmente mais de metade dos navios petrolíferos e de mercadorias que circulam em todo o mundo. Em sentido oposto, a teimosia da China em obter o reconhecimento internacional de direitos soberanos e de jurisdição sobre todo aquele espaço que diz, a história lhe confere, relaciona-se com a situação verificada no mar da China oriental, onde tem de conviver em pé de igualdade com o Japão, a Coreia do sul e os EUA.

Domínio ou hegemonia

Ancorada nos seus mais de quatro milénios de história, na dimensão física e humana e no sucesso do programa de reformas iniciado no final da década de setenta do século passado por Deng Xiaoping, a RPC não se resigna a ser apenas uma potência mundial, antes procura caminhos que a elevem a superpotência, para o que o domínio do mar do sul da China e a hegemonia política no sudeste asiático são peças funda-

mentais. Kaplan (2014: 14) e Kissinger (2014: 265-266) vêm esses perigos no horizonte, pois o primeiro admite que no futuro a actual situação de domínio que ali se verifica por parte dos EUA possa alterar-se a favor da RPC e o segundo denuncia que grupos relevantes atribuem à China um objetivo de domínio militar, além de económico, sobre todas as regiões circundantes e, em última análise, de hegemonia.

É neste contexto histórico e prospetivo que tem de ser equacionada toda a problemática do mar do sul da China, que para os chineses foi sempre o *mare nostrum* e hoje é o espaço vital da sua estratégia de defesa. Aqui se localiza a ilha de Hainão, irrelevante para os governantes chineses até à II Guerra Mundial, mas onde nas últimas décadas a RPC desenvolveu importantes infra-estruturas militares, que concentram elevados meios aéreos, navais e terrestres, para além de sofisticados meios de comunicação, como radares e outros equipamentos que, apoiados por satélites geoestacionários lançados pela própria China, monitorizam todos os movimentos que ocorram no espaço marítimo e aéreo da região e prestam apoio à navegação civil e militar chinesa. Também aqui, está instalada uma das mais importantes bases para submarinos do país. É este complexo sistema de *hardware* e *software* de natureza militar, que interage com outros equipamentos instalados nas ilhas em disputa e em navios e submarinos da armada chinesa em missões de patrulhamento no mar do sul da China e, depois, transmite importantes informações para as estruturas militares e de segurança chinesas.

As relações de poder

Para melhor se compreenderem as relações de poder nesta região, refira-se que a Rússia dispõe de facilidades militares na Baía de Cam Ranh no Vietname, fronteira à ilha de Hainão, e que navios da sétima esquadra americana patrulham constantemente águas que dizem ser internacionais, mas que a RPC considera suas, o que irrita profundamente os comandos militares e os dirigentes chineses, que ainda em Março de 2016 e na sequência de novas facilidades concedidas às forças armadas americanas pelas Filipinas avisaram Washington para *to be careful* no mar do sul da China.

Refira-se no entanto, que os interesses da RPC na região são demasiado elevados para que esta, por um lado se envolva em acções que aumentem a desconfiança regional e internacional sobre as suas verdadeiras intenções e, por outro, abdique de os defender. Defendê-los, significa encontrar uma solução negociada para as disputas que envolvem a posse dos arquipélagos Paracel, Spratly



Mapa da Linha de Nove Traços.

Fonte: Koushik Das (South China Sea dispute: India welcomes Hague ruling), original disponível em Original em <https://insearbia.info/today/2016/07/south-china-sea-dispute-india-welcomes-hague-ruling/>.

e Macclesfield, e para a exploração dos vastos recursos económicos que existem por todo o mar do sul da China, que os chineses qualificam de 'segundo golfo pérsico'.

É neste exercício de *balance of power*, que se esperam iniciativas enquadradas no âmbito da decisão de 12 de Julho de 2016 do Tribunal Permanente de Arbitragem (TPA) que, pronunciando-se a pedido das Filipinas sobre a validade e legalidade das pretensões da RPC no mar do sul da China decidiu que, tendo em conta o estabelecido na Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar de 1982, "as reivindicações da China com base em direitos históricos ou outros direitos de soberania ou jurisdição no que diz respeito às áreas marítimas do mar do sul da China abrangidas pela parte relevante da 'linha de nove traços' são contrárias à convenção e sem efeito legal, na medida em que excedam os limites geográficos e materiais de direitos marítimos da China que estejam conformes à convenção"; não obstante, a parte final da decisão, esclarece que dentro da linha dos nove pontos poderão existir áreas que por direitos reconhecidos pela convenção estão sob soberania ou jurisdição da RPC.

Esta decisão não foi reconhecida como válida pelas autoridades de Pequim, o que não surpreende pois tinham contestado já a admissão do pedido das Filipinas pelo TPA e mesmo refutado a jurisdição deste Tribunal sobre o caso.

Talvez a parte mais incómoda desta medida para a RPC seja o facto de a partir deste momento a questão da soberania e jurisdição sobre o mar do sul da China deixar de ser apenas reservada à discussão bilateral, como pretende a RPC, ou multilateral no âmbito da ASEAN como pretendem os restantes países envolvidos, e passar a ser uma questão internacional, já que está em causa uma decisão de um Tribunal internacional.

Como facto novo na história recente do sudeste asiático e elemento certamente perturbador de negociações futuras, senão mesmo do *establishment* regional, há a considerar a animosidade do atual Presidente das Filipinas para com os EUA que, para além de ter utilizado expressões menos próprias para com o Presidente americano, ameaçou comprar armas à Rússia e à China e afirmou que poderia acabar com exercícios militares conjuntos com os EUA e com patrulhas marítimas no mar do sul da China. Esta posição do Presidente Rodrigo Duterte, seguiu-se a críticas do Presidente Obama relativamente à situação dos direitos humanos nas Filipinas, desde que aquele foi eleito em Maio de 2016.

A haver continuidade nesta política e a confirmarem-se as ameaças por parte das Filipinas, os EUA perderão um importante aliado nas disputas em que têm estado envolvidos na região e a RPC ganha o apoio de mais um país membro da ASEAN, que, segundo Wang Yi, Ministro dos Negócios Estrangeiros Chinês se vem juntar ao Brunei, Cambodja e Laos, que tinham já manifestado apoio à posição chinesa.

Importa referir, qualquer que seja o interlocutor e independentemente do figurino do processo negocial, que inevitavelmente vai acontecer, a RPC parte em vantagem, pois nos últimos anos desenvolveu ações, preencheu espaços e construiu redes de infra-estruturas físicas e tecnológicas que lhe permitem decidir, num termo muito caro aos negociadores chineses, "de forma harmoniosa" as cedências a fazer. Assim, em termos políticos, criou uma nova unidade administrativa, a cidade de Sansha com sede nas Ilhas Paracel, onde para além de outras infra-estruturas físicas construiu uma pista de aterragem, instalou radares e uma guarnição militar equipada com armamento pesado.

Na mesma linha de comportamento, ignorou completamente uma lei do Vietname que declara as ilhas Paracel e Spratly como território nacional e determinava que todos os barcos estrangeiros que passassem através do mar do sul da China deviam notificar as autoridades vietnamitas. Neste cenário de provocações mútuas e episódios diversos, que regista já duas guerras entre a China e o Vietname, 1974 e 1988, a China realizou várias construções, nomeadamente ilhas artificiais no arquipélago das Spratly e, mais recentemente, procedeu de igual modo no Scarborough Shoal do arquipélago Macclesfield, o que levou a uma posição dura dos EUA, com o Almirante Dennis Blair, ex-responsável do comando americano no Pacífico a dizer que a América deve estar preparada para uma acção militar no Scarborough Shoal se a China tentar construir ali uma nova ilha artificial (Dyer & Mitchell, 2016).

Numa atitude que denota bem a determinação da RPC quanto ao futuro do mar do sul da China, e à semelhança do que já tinha feito nas Paracel, construiu uma pista de aterragem nas Spratly, o que provocou receios de que mais tarde venha a criar naquela região uma "zona de defesa aérea". Se à postura assumida pela RPC em todo este processo, adicionarmos a dependência económica e financeira dos países da região relativamente àquela, bem se pode concluir que as negociações ocorreram quando e como as autoridades de Pequim quiserem. ■

Referências

- Das, K. (2016). *South China Sea dispute: India welcomes Hague ruling*. Serbia Network Foundation, available at <https://insearbia.info/today/2016/07/south-china-sea-dispute-india-welcomes-hague-ruling/>.
- Dyer, G. & Mitchell, T. (2016). South China Sea: Building up trouble: enforcing an international court decision could set Beijing and the US on a dangerous path in a tense region. *Financial Times* (15 Jul), available at <https://www.ft.com/content/52072080-4a6f-11e6-8d68-72e9211e86ab>.
- Kaplan, R. D. (2014). *Asia's cauldron: the South China Sea and the end of a stable Pacific*. New York, Random House.
- Kissinger, H. (2014). *A ordem mundial, Alfragide*, Dom Quixote.
- Lunn, J. & Lang, A. (2016). *The South China Sea dispute*. Commons Briefing papers CBP-7481, London, House of Commons, available at <http://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/CBP-7481#fullreport>.